

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2018	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2018	Ordinária		0,61984

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	58.788.537	54.046.937
1.01	Ativo Circulante	17.885.717	22.276.591
1.01.01	Disponibilidades	117.242	161.518
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.577.743	12.931.084
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	9.434.873	12.787.577
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Infanceiros	142.870	143.507
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.396.666	2.335.215
1.01.03.01	Carteira Própria	758.632	1.458.959
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	876.256
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros derivativos	638.034	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	638.199	517.430
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	60.404	8.155
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	577.042	506.318
1.01.04.03	Correspondentes	753	2.957
1.01.05	Relações Interdependências	0	84
1.01.06	Operações de Crédito	3.993.758	4.183.701
1.01.06.01	Setor Público	167.252	186.731
1.01.06.02	Setor Privado	4.295.212	4.489.435
1.01.06.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-468.706	-492.465
1.01.08	Outros Créditos	2.131.919	2.115.657
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	902.532	885.164
1.01.08.02	Rendas a Receber	20.522	16.480
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	12	12
1.01.08.04	Diversos	1.219.004	1.219.789
1.01.08.05	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-10.151	-5.788
1.01.09	Outros Valores e Bens	30.190	31.902
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	14.673	14.649
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-617	-620
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	16.134	17.873
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	40.734.493	31.585.567
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	33.622.877	24.524.324
1.02.02.01	Carteira Própria	31.975.732	23.665.336
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	1.201.004	3.091
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros e Derivativos	0	426.513
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	446.141	429.384
1.02.03	Relações Interfinanceiras	69.575	66.639
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	69.575	66.639
1.02.05	Operações de Crédito	5.030.767	4.915.752
1.02.05.01	Setor Público	500.929	1.041.162
1.02.05.02	Setor Privado	4.703.805	4.327.186
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-173.967	-452.596
1.02.07	Outros Créditos	2.011.274	2.078.852
1.02.07.01	Diversos	2.039.027	2.106.090
1.02.07.02	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-27.753	-27.238

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.03	Ativo Permanente	168.327	184.779
1.03.01	Investimentos	1.591	1.591
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.877	6.877
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.286	-5.286
1.03.02	Imobilizado de Uso	146.788	163.240
1.03.02.01	Imóveis de Uso	169.752	169.752
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.132	107.132
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	280.504	277.150
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-410.600	-390.794
1.03.04	Intangível	19.948	19.948
1.03.04.01	Ativos Intagíveis	19.948	19.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	58.788.537	54.046.937
2.01	Passivo Circulante	17.340.339	21.632.803
2.01.01	Depósitos	6.117.521	5.410.955
2.01.01.01	Depósitos à Vista	289.814	239.932
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	2.307.026	2.277.515
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.443.319	1.548.266
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.077.362	1.345.242
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.332.124	983.405
2.01.02.01	Carteira Própria	1.190.907	876.278
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	141.217	107.127
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.397.035	184.357
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias Hipotecárias, Crédito e Similares	160.923	176.500
2.01.03.02	Obrigações para Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.236.112	7.857
2.01.04	Relações Interfinanceiras	41.322	317
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	41.322	317
2.01.05	Relações Interdependências	15.858	5.660
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	15.172	5.660
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	686	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	873.909	951.482
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	873.909	951.482
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	136.849	161.679
2.01.07.01	Tesouro Nacional	337	187
2.01.07.02	BNDES	118.031	142.072
2.01.07.03	FINAME	18.481	19.420
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	172.098	143.354
2.01.09	Outras Obrigações	7.253.623	13.791.594
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	94.378	1.453
2.01.09.02	Carteira de Câmbio	52.731	9.318
2.01.09.03	Socias e Estatutárias	26.975	138.114
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	509.956	303.202
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	153	153
2.01.09.06	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.236.638	10.913.835
2.01.09.07	Diversas	3.332.792	2.425.519
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	37.573.029	28.872.097
2.02.01	Depósitos	5.817.326	6.397.227
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	8.502	34.623
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.808.824	6.362.604
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	8.687	3.042
2.02.02.01	Carteira de Própria	8.687	3.042
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	0	1.004.912
2.02.03.02	Obrigações para Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	0	1.004.912
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.105.165	1.358.892
2.02.07.01	Tesouro Nacional	141	263
2.02.07.02	BNDES	1.053.385	1.293.434

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.07.03	FINAME	51.639	65.195
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	483.607	491.871
2.02.09	Outras Obrigações	30.158.244	19.616.153
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	4.911	42.954
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	23.999.478	12.614.943
2.02.09.03	Dívidas Subordinada Elegíveis a Capital	2.325.337	2.205.468
2.02.09.04	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000
2.02.09.05	Diversas	2.828.518	3.752.788
2.05	Patrimônio Líquido	3.875.169	3.542.037
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	11.592	11.769
2.05.03.01	Ativos Próprios	11.592	11.769
2.05.04	Reservas de Lucro	1.856.561	1.685.026
2.05.04.01	Legal	283.007	271.416
2.05.04.02	Estatutária	1.573.554	1.413.610
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-984.623	-998.758
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-984.623	-998.758
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	147.639	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.304.071	3.972.910	1.310.370	4.094.806
3.01.01	Operações de Crédito	440.568	1.372.095	492.328	1.442.108
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	714.493	2.063.040	835.988	2.600.101
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	57.668	213.887	-52.866	-43.914
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	85.133	305.171	17.741	80.248
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	6.209	18.717	17.179	16.263
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-915.262	-2.875.657	-893.298	-3.050.666
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-274.225	-838.406	-245.378	-871.833
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-569.572	-1.741.641	-508.388	-1.662.899
3.02.03	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-71.465	-295.610	-139.532	-515.934
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	388.809	1.097.253	417.072	1.044.140
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-40.534	-312.312	-177.942	-516.032
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	629.088	1.846.047	521.815	1.711.101
3.04.02	Despesas de Pessoal	-490.699	-1.433.689	-516.569	-1.433.126
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-304.400	-937.092	-318.938	-916.295
3.04.04	Despesas Tributárias	-76.330	-229.582	-71.906	-219.707
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	465.426	1.413.003	558.896	1.412.975
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-263.619	-970.999	-351.240	-1.070.980
3.05	Resultado Operacional	348.275	784.941	239.130	528.108
3.06	Resultado Não Operacional	284	2.507	-1.914	-4.307
3.06.01	Receitas	1.845	7.296	2.124	3.831
3.06.02	Despesas	-1.561	-4.789	-4.038	-8.138
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	348.559	787.448	237.216	523.801
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-66.391	-303.442	18.401	-15.226
3.09	IR Diferido	-75.706	-31.666	-77.552	-13.438
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-11.538	-25.598	-9.807	-28.838
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	194.924	426.742	168.258	466.299

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,2568	4,94074	1,9481	5,3988

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	194.924	426.742	168.258	466.299
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-44.854	14.313	66.623	-225.767
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponível para Venda	-72.277	-178.245	112.111	161.715
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	28.694	66.781	-45.149	-64.095
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	0	322	964	3.919
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-145	-434	-1.727
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-1.271	125.600	-869	-325.579
4.03	Resultado Abrangente do Período	150.070	441.055	234.881	240.532

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.925.186	7.687.057
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.618.606	1.786.947
6.01.01.01	Lucro Líquido/Prejuízo do Período	426.742	466.299
6.01.01.02	Despesa de Depreciação e Amortização	22.012	30.177
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-2	11
6.01.01.04	Provisão Líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	288.321	425.007
6.01.01.05	Provisão Líquida para Outros de Liquidação Duvidosa	7.288	90.927
6.01.01.06	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	484.448	523.153
6.01.01.07	Provisão Líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	22	88
6.01.01.08	Provisão Líquida para Contingências	41.055	-36.517
6.01.01.09	Provisão Líquida para Outras Contingências	50.077	9.590
6.01.01.10	Passivos Atuariais Benefícios Pós Emprego	193.716	149.893
6.01.01.11	Provisão Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	110.122	99.352
6.01.01.13	Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	22.177	37.056
6.01.01.14	Ativos Fiscal Diferido	-31.666	-13.438
6.01.01.15	Reversão de Provisão para Perdas em Crédito Vinculados ao SFH	-71	-3.173
6.01.01.16	Atualização de Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	4.365	8.522
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.306.580	5.900.110
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-33.453	116.844
6.01.02.02	Relações Internfinanceira e Interdependência	-72.346	-454.686
6.01.02.03	Operações de Crédito	-213.393	1.529.913
6.01.02.04	Outros Créditos	326.620	4.390
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	1.738	-5.787
6.01.02.06	Depósitos	104.488	753.191
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	354.363	72.454
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	207.767	-131.094
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-335.649	-392.698
6.01.02.10	Intrumentos Financeiros Derivativos	-211.522	26.121
6.01.02.11	Outras Obrigações	3.480.257	4.479.996
6.01.02.12	Reversão da Reserva de Reavaliação	0	407
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-294.233	-93.348
6.01.02.14	Ajustes de Exercícios Anteriores	-8.057	-5.593
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.065.530	-4.501.498
6.02.01	Inversões em Investimentos	0	-3
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-7.084	-17.734
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-66	-400
6.02.05	Alienação(Baixa) de imobilizado de Uso	1.524	6.946
6.02.06	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	43	157
6.02.07	Títulos e Valores Mobiliários Disponível para Venda	-8.059.947	-4.490.464
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-290.726	-332.314
6.03.01	Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o capital próprio pagos	-93.888	-118.386

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.02	Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	-196.838	-213.928
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.431.070	2.853.245
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.841.968	9.429.229
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.410.898	12.282.474

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	11.769	1.685.026	0	-998.758	3.542.037
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-8.057	0	-8.057
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	11.769	1.685.026	-8.057	-998.758	3.533.980
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	426.742	0	426.742
5.05	Destinações	0	0	0	171.535	-271.224	0	-99.689
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-99.689	0	-99.689
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	171.535	-171.535	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	11.591	-11.591	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	159.944	-159.944	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-177	0	177	14.136	14.136
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-111.464	-111.464
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-177	0	177	0	0
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	125.600	125.600
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	11.592	1.856.561	147.638	-984.622	3.875.169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	14.491	1.157.951	0	-653.947	3.362.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-5.593	0	-5.593
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	14.491	1.157.951	-5.593	-653.947	3.356.902
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	466.299	0	466.299
5.05	Destinações	0	0	0	221.740	-330.202	0	-108.462
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-108.462	0	-108.462
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	221.740	-221.740	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	14.902	-14.902	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	206.838	-206.838	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.192	0	2.599	-227.959	-227.552
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	97.620	97.620
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-2.192	0	2.599	0	407
5.07.05	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-325.579	-325.579
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	12.299	1.379.691	133.103	-881.906	3.487.187

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	5.967.859	5.627.661
7.01.01	Intermediação Financeira	3.972.910	4.094.806
7.01.02	Prestação de Serviços	1.846.047	1.711.101
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-295.610	-515.934
7.01.04	Outras	444.512	337.688
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.580.047	-2.534.732
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-888.248	-856.662
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-64.739	-66.751
7.03.02	Serviços de Terceiros	-464.281	-422.681
7.03.04	Outros	-359.228	-367.230
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.499.564	2.236.267
7.05	Retenções	-22.012	-30.178
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.012	-30.178
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.477.552	2.206.089
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.477.552	2.206.089
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.477.552	2.206.089
7.09.01	Pessoal	1.261.740	1.266.799
7.09.01.01	Remuneração Direta	858.286	912.621
7.09.01.02	Benefícios	338.997	290.666
7.09.01.03	F.G.T.S.	64.457	63.512
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	762.238	443.536
7.09.02.01	Federais	735.556	420.888
7.09.02.02	Estaduais	29	42
7.09.02.03	Municipais	26.653	22.606
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.832	29.455
7.09.03.01	Aluguéis	26.832	29.455
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	426.742	466.299
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	99.689	108.462
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	327.053	357.837

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou no terceiro trimestre de 2018 um total de 1.216.506 operações de empréstimos e financiamentos de operações de crédito. Essas operações somaram R\$ 9,6 bilhões – crescimento de 31,9% em relação ao mesmo período de 2017.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No terceiro trimestre de 2018 foram contratadas 145.740 operações e o montante de R\$ 7,1 bilhões com recursos do Fundo, o que representa acréscimo de 48,0% no valor contratado em relação ao terceiro trimestre de 2017.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 2,1 bilhões, contratando 1.030.805 operações no terceiro trimestre de 2018 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. Comparando-se com o terceiro trimestre de 2017, o BNB apresentou incrementos de 8,5% e 3,6%, respectivamente, no valor contratado e na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 135.825 operações de financiamento, envolvendo recursos da ordem de R\$ 789,7 milhões no período, o que representa acréscimo de 2,9% no valor contratado e decréscimo de 4,6% na quantidade de operações, em relação ao terceiro trimestre de 2017.

Dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural. No terceiro trimestre de 2018 foram contratadas nesta modalidade a quantidade 130.140 operações com agricultores familiares, que totalizaram R\$ 650,6 milhões (crescimento de 2,0% em relação a igual período de 2017).

No cômputo global do programa de microcrédito produtivo orientado do BNB, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi contratado o montante de R\$ 2,8 bilhões no terceiro trimestre de 2018, totalizando 1.160.945 operações em apoio aos micro empreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação. Esses resultados representaram crescimentos de 6,9% no valor contratado e 2,6% na quantidade de operações, comparando com o mesmo período de 2017.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou o montante de R\$ 733,9 milhões ao longo do terceiro trimestre de 2018 e 9.273 operações, apresentando crescimento de 19,4% no valor contratado e decréscimo de 6,1% na quantidade de operações.

Quanto ao resultado financeiro do BNB, houve lucro de R\$ 194,9 milhões no terceiro trimestre de 2018. Esse valor supera em 15,8% o resultado do terceiro trimestre de 2017, quando o Banco atingiu o valor de R\$ 168,3 milhões.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS****Trimestres findos em 30 de Setembro de 2018 e de 2017****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 16- Outras Obrigações
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 12- Permanente	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 28 - Partes Relacionadas
	Nota 29- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos	Nota 30- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária (Deliberação CVM nº 673, de 20.10.2011);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Notas Explicativas

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em conta os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez a exemplo das Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Notas Explicativas

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD e de item objeto de *hedge*.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059 de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171 de 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudos técnicos de capacidade de realização. Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e do Bacen.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora, etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

Notas Explicativas

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.09.2018 e 30.09.2017.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	01.01 a 30.09.2018			01.01 a 30.09.2017		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	3.126.068	2.262.353	5.388.421	2.924.660	2.578.814	5.503.474
Receitas de Operações de Crédito	1.372.095	-	1.372.095	1.442.108	-	1.442.108
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	800.986	1.262.054	2.063.040	981.024	1.619.077	2.600.101
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	213.887	-	213.887	(43.914)	-	(43.914)
Resultado de Operações de Câmbio	305.171	-	305.171	80.248	-	80.248
Resultado de Aplicações Compulsórias	18.717	-	18.717	16.263	-	16.263
Outras Receitas	415.212	1.000.299	1.415.511	448.931	959.737	1.408.668
Despesas	(1.622.220)	(1.739.441)	(3.361.661)	(1.466.833)	(2.109.049)	(3.575.882)
Despesas de Captação no Mercado	(838.406)	-	(838.406)	(871.833)	-	(871.833)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(488.204)	(1.253.437)	(1.741.641)	(79.066)	(1.583.833)	(1.662.899)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(295.610)	(485.997)	(781.607)	(515.934)	(525.178)	(1.041.112)
Provisão Proagro a Receber	-	(7)	(7)	-	(38)	(38)
Margem Financeira	1.503.848	522.912	2.026.760	1.457.827	469.765	1.927.592
Rendas de Prestação de Serviços	421.857	1.368.047	1.789.904	343.993	1.317.617	1.661.610
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	56.143	-	56.143	49.491	-	49.491
Pasep e Cofins	(39.981)	(161.799)	(201.780)	(22.618)	(173.014)	(195.632)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.941.867	1.729.160	3.671.027	1.828.693	1.614.368	3.443.061
Despesas Administrativas			(2.370.781)			(2.349.421)
Despesas de Pessoal			(1.433.689)			(1.433.126)
Depreciação e Amortização			(22.012)			(30.178)
Outras Despesas Administrativas			(915.080)			(886.117)
Outras Despesas			(421.148)			(536.214)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(91.650)			(33.625)
Lucro antes da Tributação e Participações			787.448			523.801
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(335.108)			(28.664)
Participações no Lucro			(25.598)			(28.838)
Lucro Líquido			426.742			466.299

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Disponibilidades em Moeda Nacional	100.258	145.271
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	16.984	16.247
Total da Disponibilidade de Caixa	117.242	161.518
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	9.293.656	12.680.450
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.410.898	12.841.968

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
a) Aplicações no Mercado Aberto	9.434.873	12.787.577
Re vendas a Liquidar-	9.293.656	12.680.450
Re vendas a Liquidar-Posição Financiada	141.217	107.127
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	142.870	143.507
Aplicações em Moedas Estrangeiras	65.989	27.953
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	76.881	115.554
Total	9.577.743	12.931.084
Saldo de Curto Prazo	9.577.743	12.931.084

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	583.783	747.722
Posição Bancada	578.496	742.036
Posição Financiada	5.287	5.686
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	4.560	6.338
Total	588.343	754.060

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Títulos Disponíveis para Venda	30.09.2018									31.12.2017	
	Valor de Mercado					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	13.000	93.598	629.003	115	32.945.399		34.417.227	33.681.115	(736.112)	25.773.355	(562.494)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	7.142	-	30.177.579	2019 a 2024	30.181.559	30.184.721	3.162	22.614.045	15.806
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.535.518	2050 a 2055	1.564.295	1.535.518	(28.777)	1.332.596	75.756
Letras Financeiras	-	93.598	621.835	-	1.157.849	2019 a 2022	1.929.070	1.873.282	(55.788)	1.718.101	(36.232)
Debêntures	13.000	-	-	-	70.854	2019 a 2041	701.927	83.854	(618.073)	104.449	(583.562)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.507	2027	4.217	3.507	(710)	3.838	(777)
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	35.876	-	(35.876)	-	(33.396)
Títulos da Dívida Agrária	-	-	26	115	92	2018 a 2022	283	233	(50)	326	(89)
Cotas de Fundos de Investimentos	409	-	-	-	-		2.015	409	(1.606)	392	(1.605)
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	Sem vencimento	1.606	-	(1.606)	-	(1.605)
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	381	-	-	-	-	Sem vencimento	381	381	-	362	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	28	-	-	-	-	Sem vencimento	28	28	-	30	-
Títulos de Renda Variável	22.507	-	-	-	-		22.247	22.507	260	26.870	4.623
Outros Incentivos Fiscais – Finor	156	-	-	-	-	Sem vencimento	109	156	47	171	62
Ações de Companhias Abertas	22.351	-	-	-	-	Sem vencimento	22.138	22.351	213	26.699	4.561
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	446.141		446.511	446.141	(370)	429.384	(106)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	433.564	2020 a 2023	433.071	433.564	493	413.770	729
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	1993	908	-	(908)	-	(845)
Debêntures	-	-	-	-	12.577	2019	12.532	12.577	45	15.614	10
Total da Categoria	35.916	93.598	629.003	115	33.401.540		34.888.000	34.150.172	(737.828)	26.230.001	(559.582)
Crédito Tributário (Nota 21.c)									302.114		270.294
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)									(5.028)		(39.987)
Total do Ajuste a Valor de Mercado									(440.742)		(329.275)

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 266.680 (R\$ 254.543 em 31.12.2017); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 3.034 (R\$ 2.896 em 31.12.2017); Garantias em Processos Judiciais R\$ 148.965 (R\$ 145.732 em 31.12.2017); e Demais Garantias R\$ 27.462 (R\$ 26.213 em 31.12.2017).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 737.828) ((R\$ 559.582) em 31.12.2017). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 440.742) ((R\$ 329.275) em 31.12.2017).

Títulos Mantidos até o Vencimento	30.09.2018							31.12.2017	
	Valor de Custo				Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾
	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	231.337		231.337	155.569	203.025	139.857
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	174.369	2030	174.369	98.601	166.832	103.664
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	14.445	2019	14.445	14.445	10.240	10.240
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	12.659	2023	12.659	12.659	11.218	11.218
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	1.868	2025	1.868	1.868	958	958
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	13.357	2020	13.357	13.357	12.624	12.624
Nordeste III FIP	-	-	-	14.639	2022	14.639	14.639	1.153	1.153
Total da Categoria	-	-	-	231.337		231.337	155.569	203.025	139.857

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Notas Explicativas

a.2) No Período não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.3) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	583.783	747.722
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	4.560	6.338
Títulos de Renda Fixa	1.474.419	1.845.430
Títulos de Renda Variável	278	611
Total	2.063.040	2.600.101

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.09.2018, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.09.2018									31.12.2017
Especificação	Valor Notional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido	Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa									
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	638.034	-	627.661	-	10.373	-	10.373	12.619
Posição Passiva									
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	638.034	-	627.661	-	10.373	-	10.373	12.619
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								4.149	5.048

Especificação	30.09.2018		31.12.2017	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	638.034	-	-	-
1 a 3 anos	-	-	426.513	-
3 a 5 anos	-	-	-	-
Total	638.034	-	426.513	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.09.2018				31.12.2017	
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI		
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.222.628	594.968	1.233.001	594.968	10.373	12.619
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado	Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	1.222.920		1.233.005		10.085	12.512
Crédito Tributário (Nota 21.c)					4.034	5.004

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 3.107 (R\$ 999 em 31.12.2017) sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, Eurobonds – Senior Unsecured Notes, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de swap).

Notas Explicativas

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Swap	213.887	(43.914)
Total	213.887	(43.914)

NOTA 8 – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.09.2018			31.12.2017		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	452.789	-	452.789	382.760	-	382.760
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	124.253	-	124.253	123.558	-	123.558
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	77.828	(8.253)	69.575	74.821	(8.182)	66.639
Total	654.870	(8.253)	646.617	581.139	(8.182)	572.957
Saldo de Curto Prazo	577.042	-	577.042	506.318	-	506.318
Saldo de Longo Prazo	77.828	(8.253)	69.575	74.821	(8.182)	66.639

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	15.782	15.458
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	3.006	3.266
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	-	33
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(71)	(2.494)
Total	18.717	16.263

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.09.2018		31.12.2017	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	9.667.198	(642.673)	10.044.514	(945.061)
Curto Prazo	4.462.464	(468.706)	4.676.166	(492.465)
Longo Prazo	5.204.734	(173.967)	5.368.348	(452.596)
Outras Rubricas com Características de Crédito	779.632	(10.019)	913.565	(5.788)
Curto Prazo	777.008	(10.019)	911.561	(5.788)
Longo Prazo	2.624	-	2.004	-
Total	10.446.830	(652.692)	10.958.079	(950.849)

Notas Explicativas

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Adiantamentos a Depositantes	789	374
Empréstimos	4.240.162	4.749.224
Títulos Descontados	16.999	33.978
Financiamentos	1.619.935	1.929.132
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	36.617	60.186
Financiamentos Agroindustriais	6.252	9.303
Financiamentos Rurais	1.401.580	1.385.618
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	-	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.344.864	1.876.456
Subtotal de Operações de Crédito	9.667.198	10.044.514
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.226	11.204
Devedores por Compra de Valores e Bens	286	1.311
Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d)	51.103	50.221
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	695.017	850.829
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	779.632	913.565
Total	10.446.830	10.958.079

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Empréstimos e Títulos Descontados	630.025	748.075
Financiamentos	462.982	438.433
Financiamentos Agroindustriais	972	5.168
Financiamentos Rurais	190.946	150.689
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	87.170	99.740
Outros Valores	-	3
Total	1.372.095	1.442.108

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2018	Total em 31.12.2017
Rural	17.563	600	6.578	11.163	12.066	1.280.994	1.328.964	1.358.054
Indústria	177.194	163.183	155.425	105.268	233.969	1.491.344	2.326.383	2.619.697
Governo	8.486	8.486	8.486	51.569	50.919	471.186	599.132	695.537
Outros Serviços	121.398	133.758	88.234	155.297	241.651	1.529.314	2.269.652	1.927.209
Comércio	741.766	629.953	521.168	781.794	292.051	153.711	3.120.443	3.534.436
Intermediários Financeiros	57	44	42	121	183	304	751	864
Habitação	66	32	26	41	38	13	216	586
Pessoas Físicas	24.879	10.472	7.524	11.273	15.281	11.898	81.327	91.732
Total 30.09.2018	1.091.409	946.528	787.483	1.116.526	846.158	4.938.764	9.726.868	
Total 31.12.2017	927.127	781.795	710.307	1.305.713	1.381.809	5.121.364		10.228.115

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias

Notas Explicativas

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.09.2018	Total em 31.12.2017
Rural	423	319	416	556	1.293	36.518	39.525	1.877
Indústria	3.634	3.608	3.508	9.905	16.515	66.459	103.629	162.846
Governo	2.974	2.974	2.974	8.923	17.845	29.742	65.432	-
Outros Serviços	5.948	5.212	7.074	13.191	23.731	80.198	135.354	171.116
Comércio	15.092	8.603	7.174	17.282	24.497	54.903	127.551	140.626
Pessoas Físicas	238	138	127	448	768	1.268	2.987	4.203
Total 30.09.2018	28.309	20.854	21.273	50.305	84.649	269.088	474.478	
Total 31.12.2017	81.118	19.702	16.135	43.242	70.402	250.069⁽¹⁾		480.668

Parcelas Vincendas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias ⁽²⁾	Total em 30.09.2018	Total em 31.12.2017
Rural	1	60	81	189	206	1.003	37.804	39.344	44.020
Indústria	1.406	15.235	18.633	3.025	7.095	11.762	3.922	61.078	34.726
Governo	-	3.614	-	-	-	-	-	3.614	-
Outros Serviços	5.999	3.339	4.645	3.222	12.790	7.520	1.068	38.583	53.102
Comércio	34.868	8.523	9.478	6.223	15.648	18.738	730	94.208	106.005
Intermediários Financeiros	-	12	-	-	-	-	-	12	2
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	247
Pessoas Físicas	30	826	701	763	2.018	4.264	45	8.647	11.194
Total 30.09.2018	42.304	31.609	33.538	13.422	37.757	43.287	43.569	245.486	
Total 31.12.2017	5.585	17.446	24.552	25.154	61.296	72.408	42.855⁽¹⁾		249.296

⁽¹⁾ Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

⁽²⁾ Classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.09.2018				31.12.2017			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.818.110	-	3.818.110	-	4.112.754	-	4.112.754	-
A	4.347.203	-	4.347.203	(21.736)	4.112.276	-	4.112.276	(20.561)
B	945.885	98.177	1.044.062	(10.441)	1.073.569	30.020	1.103.589	(11.037)
C	273.659	58.608	332.267	(9.968)	98.991	34.045	133.036	(3.992)
D	192.991	41.501	234.492	(23.449)	365.755	28.980	394.735	(39.473)
E	22.322	34.674	56.996	(17.099)	61.102	38.088	99.190	(29.757)
F	8.322	55.438	63.760	(31.880)	21.902	236.755	258.657	(129.328)
G	15.001	24.403	39.404	(27.583)	50.870	39.600	90.470	(63.329)
H	103.375	407.161	510.536	(510.536)	330.896	322.476	653.372	(653.372)
Total	9.726.868	719.962	10.446.830	(652.692)	10.228.115	729.964	10.958.079	(950.849)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	950.848	1.431.088
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	294.962	543.965
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(593.118)	(1.024.204)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	652.692	950.849
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	27.238	28.824
(+) Constituição de Provisão no Período	798	1.215
(-) Reversão de Provisão no Período	(151)	(2.801)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	27.885	27.238
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	680.577	978.087

Notas Explicativas

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	288.322	425.011
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	6.640	92.728
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	294.962	517.739
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	798	549
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(150)	(2.354)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	295.610	515.934

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2018		31.12.2017	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	-	-	2.234	-
Outras Fianças Bancárias	450	-	450	-
Setor Público	22.284.871	(3.135.336)	21.491.232	(3.084.588)
FDNE (Notas 16.i e 22.f.2)	131.692	(658)	127.239	(636)
FNE (Notas 16.i e 22.f.2)	22.151.006	(3.134.671)	21.363.190	(3.083.952)
Proagro (Notas 16.i e 22.f.2)	2.173	(7)	803	-

g) Concentração de Crédito

Especificação	30.09.2018		31.12.2017	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.049.832	19,62	2.270.716	20,72
50 maiores devedores	4.339.449	41,54	4.377.577	39,95
100 maiores devedores	4.997.949	47,84	5.002.911	45,65

- h) Até o terceiro trimestre de 2018, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 87.171 (R\$ 99.740 em 30.09.2017) e as renegociações totalizaram R\$ 287.315 (R\$ 586.262 em 30.09.2017).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	902.532	885.164
b) Rendas a Receber	20.522	16.480
c) Negociação e Intermediação de Valores	12	12
d) Diversos	3.258.031	3.325.879
Créditos Tributários sobre Provisões para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 21.c)	1.255.389	1.328.513
Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 21.c)	663.221	681.068
Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.c)	306.148	275.298
Devedores por Depósitos em Garantia	403.213	352.207
Impostos e Contribuições a Compensar	274.868	74.244
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	51.103	50.221
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.387	2.378
Pagamentos a Ressarcir	2.525	14.267
Valores a Receber Bônus Rebate	107.457	282.358
Outros Valores	130.972	238.577
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.904)	(33.026)
Com Características de Concessão de Crédito	(10.019)	(5.788)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(27.885)	(27.238)
Total	4.143.193	4.194.509
Saldo de Curto Prazo	2.131.919	2.115.657
Saldo de Longo Prazo	2.011.274	2.078.852

Notas Explicativas

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Ativo – Outros Créditos (Nota 10)	902.532	885.164
Câmbio Comprado a Liquidar	817.446	865.655
Direitos sobre Vendas de Câmbio	51.910	8.502
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(50)	(197)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.226	11.204
Ativo Circulante (Nota 10)	902.532	885.164
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	52.731	9.318
Obrigações por Compras de Câmbio	695.856	851.617
Câmbio Vendido a Liquidar	51.891	8.530
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(695.017)	(850.829)
Outros Valores	1	-
Passivo Circulante (Nota 16.b)	52.731	9.318

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Rendas de Câmbio	305.831	80.848
Despesas de Câmbio	(660)	(600)
Total	305.171	80.248

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2017	01.01.2018 a 30.09.2018		30.09.2018	
	Saldo Contábil	Movimentações		Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas		
Ações e Cotas	331	-	-	331	331
Bens Artísticos e Valiosos	1.260	-	-	1.260	1.260
Total	1.591	-	-	1.591	1.591

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2017	01.01.2018 a 30.09.2018			30.09.2018		
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Depreciação			
Edificações	72.802	-	-	(4.028)	68.774	(190.535)	68.774
Sistema de Processamento de Dados	33.077	1.210	(912)	(11.319)	22.056	(125.683)	22.056
Móveis e Equipamentos de Uso	27.048	5.697	(509)	(3.891)	28.345	(52.193)	28.345
Terrenos	17.576	-	-	-	17.576	-	17.576
Instalações	4.417	-	(4)	(771)	3.642	(15.402)	3.642
Sistema de Comunicação	45	6	(2)	(9)	40	(231)	40
Sistema de Segurança	6.635	170	(98)	(939)	5.768	(12.811)	5.768
Sistema de Transporte	1.640	-	-	(1.053)	587	(13.745)	587
Total	163.240	7.083	(1.525)	(22.010)	146.788	(410.600)	146.788

c) Intangível

Especificação	31.12.2017	01.01.2018 a 30.09.2018			30.09.2018	
	Saldo Contábil	Movimentações			Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Baixas	Amortização		
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.948	-	-	-	19.948	19.948
Total	19.948	-	-	-	19.948	19.948

Em 30.09.2018 e 31.12.2017, não houve registro de *impairment* sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2018	Total em 31.12.2017
Depósitos a Vista	289.814	-	-	-	-	-	289.814	239.932
Depósitos de Poupança	2.307.026	-	-	-	-	-	2.307.026	2.277.515
Depósitos Interfinanceiros	922.750	520.569	8.502	-	-	-	1.451.821	1.582.889
Depósitos a Prazo	646.971	1.430.394	3.779.440	953.182	1.056.805	19.394	7.886.186	7.707.846
Depósitos a Prazo	293.336	1.401.295	2.123.527	855.894	932.210	19.394	5.625.656	5.287.894
Depósitos Judiciais com Remuneração	346.786	-	-	-	-	-	346.786	562.981
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	1.612.649	67.761	67.762	-	1.748.172	1.649.735
FAT Recursos Disponíveis	3.604	10.035	19.404	13.971	10.242	-	57.256	37.481
FAT Recursos Aplicados	3.245	8.921	23.860	15.556	11.405	-	62.987	142.452
Outros	-	10.143	-	-	35.186	-	45.329	27.303
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	77.109	1.319.926	-	-	-	-	1.397.035	1.189.269
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	24.858	1.211.254	-	-	-	-	1.236.112	1.012.769
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	52.251	108.672	-	-	-	-	160.923	176.500
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.325.337	2.325.337	2.205.468
Total em 30.09.2018	4.243.670	3.270.889	3.787.942	953.182	1.056.805	3.344.731	16.657.219	
Total em 31.12.2017	3.831.276	1.764.036	5.454.438	792.901	1.130.070	3.230.198		16.202.919

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Depósitos a Vista	289.814	239.932
Depósitos de Governos	6.061	5.985
Depósitos Vinculados	77.890	93.751
Pessoas Jurídicas	170.450	108.855
Pessoas Físicas	34.867	30.611
Outros Valores	546	730
Depósitos de Poupança	2.307.026	2.277.515
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.540.898	1.482.561
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	765.392	794.209
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	736	745
Depósitos Interfinanceiros	1.451.821	1.582.889
Depósitos a Prazo	7.886.186	7.707.846
Depósitos a Prazo	5.625.656	5.287.894
Depósitos Judiciais com Remuneração	346.786	562.981
Outros Depósitos a Prazo	1.913.744	1.856.971
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 26 e Nota 28)	120.243	179.933
Recursos Disponíveis (Nota 26)	57.256	37.481
Proger Urbano	315	948
Protrabalho	1.340	15.597
Infraestrutura	17.566	15.736
PNMPO	38.035	5.200
Recursos Aplicados (Nota 26)	62.987	142.452
Proger Urbano	9.778	10.619
Protrabalho	23.721	31.784
Infraestrutura	-	26.847
PNMPO	29.488	73.202
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	1.748.172	1.649.735
Outros Valores	45.329	27.303
Total	11.934.847	11.808.182
Saldo de Curto Prazo	6.117.521	5.410.955
Saldo de Longo Prazo	5.817.326	6.397.227

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Carteira Própria	1.199.594	879.320
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.199.594	879.320
Carteira de Terceiros	141.217	107.127
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	141.217	107.127
Total	1.340.811	986.447
Saldo de Curto Prazo	1.332.124	983.405
Saldo de Longo Prazo	8.687	3.042

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Despesas de Captações	(788.472)	(795.176)
Depósitos a Prazo	(251.727)	(446.294)
Depósitos de Poupança	(60.566)	(76.580)
Depósitos Judiciais	(22.177)	(37.056)
Depósitos Interfinanceiros	(31.298)	(35.973)
Depósitos Especiais	(83.806)	(53.121)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(330.605)	(136.674)
Outros Depósitos	(8.293)	(9.478)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(49.934)	(76.657)
Carteira de Terceiros	(5.287)	(5.686)
Carteira Própria	(44.647)	(70.971)
Total	(838.406)	(871.833)

Notas Explicativas**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.09.2018	Total em 31.12.2017
Empréstimos no Exterior	589.243	284.666	-	-	-	-	873.909	951.482
Repasses do País	40.957	95.892	304.390	327.673	435.010	38.092	1.242.014	1.520.571
Repasses do Exterior	60.156	111.942	192.540	192.604	98.463	-	655.705	635.225
Total em 30.09.2018	690.356	492.500	496.930	520.277	533.473	38.092	2.771.628	
Total em 31.12.2017	239.544	1.016.971	530.901	544.101	671.879	103.882		3.107.278
Saldo de Curto Prazo							1.182.856	1.256.515
Saldo de Longo Prazo							1.588.772	1.850.763

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2018	31.12.2017
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	478	450
BNDES		1.171.416	1.435.506
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 11,10/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	784.121	1.065.137
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		387.295	370.369
Finame		70.120	84.615
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	48.577	63.575
Programa Agrícola		21.543	21.040
Total (Nota 28.a.1)		1.242.014	1.520.571
Saldo de Curto Prazo		136.849	161.679
Saldo de Longo Prazo		1.105.165	1.358.892

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2017	31.12.2017
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	873.909	951.482
Total		873.909	951.482
Saldo de Curto Prazo		873.909	951.482

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.09.2018	31.12.2017
BID-Produtur I	USD + 4,40	176.029	191.947
BID-Produtur II	USD + 3,25	473.711	437.340
BID-Outros Programas	USD + 3,25	5.965	5.938
Total		655.705	635.225
Saldo de Curto Prazo		172.098	143.354
Saldo de Longo Prazo		483.607	491.871

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.09.2018	01.01. a 30.09.2017
Despesas de Obrigações por Repasses	(289.981)	(152.967)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(101.694)	(81.917)
Tesouro Nacional	(30)	(1)
BNDES	(98.354)	(79.826)
Finame	(3.310)	(2.090)
Despesas de Repasses do Exterior	(188.287)	(71.050)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(286.253)	(57.088)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(1.165.407)	(1.452.844)
Total	(1.741.641)	(1.662.899)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.09.2018 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.09.2018 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2017 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.00	1.226.028	1.236.112	1.012.769
Total				300.000	1.226.028	1.236.112	1.012.769
Saldo de Curto Prazo						1.236.112	7.857
Saldo de Longo Prazo						-	1.004.912

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.09.2018	31.12.2017
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,21 CDI	156.305	160.923	176.500
Saldo de Curto Prazo			160.923	176.500
Saldo de Longo Prazo			-	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 163 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	94.378	1.453
Recursos do Proagro	140	171
Recebimento de Tributos Federais	92.060	26
IOF a Recolher	712	775
Outros Tributos e Assemelhados	1.466	481
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	52.731	9.318
c) Sociais e Estatutárias	26.975	138.114
Dividendos e Bonificações a Pagar	341	94.222
Participações nos Lucros	26.634	43.892
d) Fiscais e Previdenciárias	514.867	346.156
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	135.006	164.858
TVM e IFD (Nota 21.d)	9.177	45.035
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	-	144
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.d)	125.829	119.679
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	298.335	92.554
Imposto de Renda	162.151	49.047
Contribuição Social	136.184	43.507
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	81.526	88.744
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	153
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	27.236.116	23.528.778
FNE (Nota 28.a.1)	26.317.987	22.599.975
Outros Valores	918.129	928.803
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 17 e 28.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 18 e 28.a.1)	2.325.337	2.205.468
i) Diversas	6.161.310	6.178.307
Provisão para Contingências	450.498	332.084
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	201.238	169.253
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	152.931	116.349
Outras (Nota 22.f.1.iv)	35.581	33.154
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	14.874	13.328
Dividendos e JCP	45.874	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.f.2)	3.135.336	3.084.588
FNE (Nota 9.f)	3.134.671	3.083.952
Repasse	1.056	1.137
Risco Integral BNB	65.679	87.599
Risco Compartilhado	3.067.936	2.995.216
FDNE (Nota 9.f)	658	636
Proagro (Nota 9.f)	7	-
Passivos Atuariais	1.768.554	1.900.021
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 24.g e 28.a.2)	416.425	411.216
Plano de Assistência Médica (Notas 24.g e 28.a.2)	1.214.653	1.354.238
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 24.g e 28.a.2)	137.476	134.567

Notas Explicativas

Provisão para Pagamentos a Efetuar	473.844	441.475
Despesa de Pessoal	264.821	181.764
Outros Valores	98.901	67.238
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	110.122	192.473
Outros Valores	333.078	420.139
Total	37.411.867	33.407.747
Saldo de Curto Prazo	7.253.623	13.791.594
Saldo de Longo Prazo	30.158.244	19.616.153

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.09.2018	31.12.2017
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.325.337	2.205.467
Recursos disponíveis	1.325.803	1.734.734
Recursos aplicados	999.534	470.734
Total (Notas 16.h e 28.a.1)	2.325.337	2.205.468

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2017), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.09.2018		31.12.2017	
	Quantidade das Ações	% do Capital	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.205.568	34,97	30.207.318	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.217.900	7,20	6.220.150	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45	3.846.968	4,45
Outros	2.051.581	2,38	2.047.581	2,38
Total	86.371.464	100,00	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 11.592 (R\$ 11.769 em 31.12.2017) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R\$ 177 (R\$ 3.129 em 31.12.2017) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Notas Explicativas

c) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – 1º semestre de 2018

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10.08.2018, foi aprovado o pagamento antecipado de JCP imputados ao valor do dividendo, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre, no valor de R\$ 53.537 (R\$ 69.233 em 30.06.2017). O referido benefício foi pago em 28.08.2018. O total dos JCP distribuídos sobre o lucro líquido apurado em 30.06.2018 proporcionou, na mesma posição, redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 23.770 (R\$ 30.324 em 30.06.2017).

d) Pagamento de JCP do exercício de 2017

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26.03.2018, foi aprovada a distribuição de JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2017, de R\$ 94.013. O pagamento dos JCP ocorreu em 10.04.2018.

e) Demonstrativo de cálculo dos JCP:

Especificação	30.09.2018	30.09.2017
1. Lucro Líquido do Período	426.742	466.299
2. Reserva Legal Calculada	(21.337)	(23.315)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(13.922)	(16.657)
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	177	2.192
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	5.865	3.977
6. Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	397.525	432.496
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	99.689	108.461
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(308)	(334)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7- item 8)	99.381	108.127

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre. No 1º semestre de 2018 foi de R\$ 11.592 (R\$ 14.902 em 30.06.2017).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No 1º semestre de 2018, foi constituído o valor de R\$ 159.944 (R\$ 206.838 em 30.06.2017).

h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	(111.464) ⁽¹⁾	53.597 ⁽¹⁾
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	125.600 ⁽¹⁾	(398.408) ⁽¹⁾
Ajuste de Avaliação Patrimonial ⁽¹⁾	14.136	(344.811)

⁽¹⁾ Líquidos do Efeitos Tributários

Notas Explicativas**NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01. a 30.09.2018	01.01. a 30.09.2017
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.789.904	1.661.610
Administração de Fundos de Investimentos	30.925	25.535
Administração de Fundos e Programas	1.398.403	1.334.573
Prestação de Serviços	360.576	301.502
b) Rendas de Tarifas Bancárias	56.143	49.491
c) Despesas de Pessoal	(1.433.689)	(1.433.126)
Proventos	(821.047)	(873.300)
Encargos Sociais	(301.847)	(292.732)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(76.411)	(74.432)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(109.654)	(69.087)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(8.353)	(7.393)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(116.377)	(116.182)
d) Outras Despesas Administrativas	(937.092)	(916.295)
Processamento de Dados	(188.194)	(186.250)
Propaganda e Publicidade	(14.449)	(14.982)
Serviços de Terceiros	(415.400)	(373.295)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(55.018)	(59.629)
Viagens	(13.018)	(11.063)
Comunicações	(19.612)	(24.400)
Depreciação e Amortização	(22.012)	(30.178)
Manutenção e Conservação de Bens	(36.553)	(36.577)
Vigilância, Segurança e Transporte	(67.987)	(66.150)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(8.097)	(7.397)
Serviços do Sistema Financeiro	(23.240)	(26.734)
Serviços Técnicos Especializados	(25.641)	(22.652)
Seguros	(1.119)	(1.517)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(29.852)	(33.185)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.403)	(1.566)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(4.305)	(4.546)
FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(4.000)	(3.000)
Outros Valores	(7.192)	(13.174)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(229.582)	(219.707)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(201.780)	(195.668)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(25.522)	(21.542)
Outros Valores	(2.280)	(2.497)
f) Outras Receitas Operacionais	1.413.003	1.412.975
"Del credere" de Fundos Administrados	1.005.140	964.722
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	115.408	135.036
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	73.950	101.190
Variação Cambial Negativa Reclasif Despesa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	3.633	5.423
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1.555	977
Recuperação de Encargos e Despesas	4.730	71.624
Reversão de Provisões Operacionais	9.954	4.276
Juros e Comissões	1.275	3.950
Correção Monetária	1.070	435
Resultado da Marcação a Mercado	-	6.965
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	180.247	78.031
Outros Valores	16.041	40.346
g) Outras Despesas Operacionais	(970.999)	(1.070.980)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(1.667)	(1.612)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(115.787)	(142.141)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(16)	(44.128)
Descontos Concedidos em Renegociações	(22.975)	(32.333)
Encargos de Operações de Crédito	(2.583)	(13.817)
Riscos Fiscais	(3.149)	(4.933)
Riscos com Operações do FNE	(485.997)	(525.178)
Riscos com Operações do FDNE	(2.790)	(88)
Causas Trabalhistas	(38.423)	(17.477)
Causas Cíveis	(47.251)	(6.955)
Outras Causas	(2.827)	(4.260)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(110.121)	(100.335)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(71.688)	(114.943)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(48.182)	(37.617)
Outros Valores	(17.543)	(25.163)
Total	(312.312)	(516.032)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	787.448	523.801	787.448	523.801
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(25.598)	(28.838)	(25.598)	(28.838)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(99.689)	(108.462)	(99.689)	(108.462)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	662.161	386.501	662.161	386.501
Adições/Exclusões Permanentes	(21.058)	(11.290)	(22.021)	(11.247)
Adições/Exclusões Temporárias	40.777	(390.534)	40.777	(390.534)
Resultado Tributável	681.880	(15.323)	680.917	(15.280)
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(170.452)	-	(136.183)	-
Deduções (Incentivos Fiscais)	8.301	-	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	80	-	64	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL – após os Incentivos Fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA	(162.071)	-	(136.119)	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(4.084)	(9.842)	(1.169)	(5.384)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(166.154)	(9.842)	(137.288)	(5.384)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	1.914	9.436	(33.580)	(22.874)
Total de IRPJ/CSLL	(164.240)	(406)	(170.868)	(28.258)
Alíquota Efetiva (%)	24,80	0,11	25,80	7,31
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	162.071	49.350	136.119	43.749
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	80	(303)	64	(242)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	162.151	49.047	136.183	43.507
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(153.799)	(31.406)	(97.131)	(28.154)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	8.352	17.641	39.052	15.353

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

Especificação	30.09.2018	30.09.2017
Resultado Antes dos Tributos e Participações	787.449	523.801
Encargo total de 45% - IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(354.352)	(235.711)
Demonstrativo de Carga Tributária:		
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(335.109)	(28.664)
Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes:	(19.243)	(207.047)
PLR/JCP	(56.379)	(61.785)
Ganhos e Perdas Atuariais	83.644	(146.511)
Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A	(13.942)	(10.414)
Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras Causas)	32.684	(38.015)
Diferenças Temporárias sobre Provisões Atuariais	(105.351)	13.830
Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos	17.065	(4.304)
Recuperação da MP-517 - receitas renegociadas mas não recebidas	(2.210)	(2.336)
Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%)	29.447	37.156
Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes)	(4.200)	5.332
Total da Carga Tributária Conciliada	(354.352)	(235.711)

c) Ativos Fiscais Diferidos – AFD (Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias)

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

Notas Explicativas

Quanto aos créditos tributários oriundos de Ajustes a Valor de Mercado de acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Quanto aos créditos tributários sobre Provisões para Passivos Contingentes (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais) - Conforme preconiza o artigo 1º, inciso II, da Resolução CMN n.º 3.059, de 20.12.2002, para o registro contábil dos créditos tributários é necessário que haja expectativa de realização dos mesmos no prazo máximo de 10 (dez) anos. Por não haver um horizonte do desenlace das questões relacionadas aos processos judiciais que estiverem provisionados, o Banco, por prudência, não realiza constituição de Ativo Fiscal Diferido sobre estas provisões.

Especificação	30.09.2018		31.12.2017		30.09.2018	31.12.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	802.220	526.293	939.423	655.350	1.328.513	1.594.773
Constituição	255.875	204.715	37.278	22.755	460.590	60.033
Realização/Reversão	(282.228)	(251.486)	(174.481)	(151.812)	(533.714)	(326.293)
Saldo Final (Nota 10.d)	775.867	479.522	802.220	526.293	1.255.389	1.328.513
b) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	297.265	183.822	328.578	209.065	481.087	537.643
Constituição	32.141	25.713	149.189	52.002	57.854	201.191
Realização/Reversão	(3.268)	(12.158)	(32.093)	(25.674)	(15.426)	(57.767)
Saldo Final (Nota 10.d)	326.138	197.377	420.995	260.072	523.515	681.067
c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	11.508	6.905	27	16	18.413	43
Realização/Reversão	(11.508)	(6.905)	(27)	(16)	(18.413)	(43)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	3.128	1.876	2.632	1.579	5.004	4.211
Constituição	7.141	4.284	7.039	4.223	11.425	11.262
Realização/Reversão	(7.748)	(4.647)	(6.543)	(3.926)	(12.395)	(10.469)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	2.521	1.513	3.128	1.876	4.034	5.004
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	164.744	105.550	174.065	110.746	270.294	284.811
Constituição	94.567	56.394	101.904	70.083	150.961	171.987
Realização/Reversão	(71.719)	(47.422)	(111.225)	(75.279)	(119.141)	(186.504)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	187.592	114.522	164.744	105.550	302.114	270.294
f) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	123.731	76.250	-	-	199.981	-
Constituição	-	-	133.724	82.609	-	216.333
Realização/Reversão	(36.697)	(23.578)	(9.993)	(6.359)	(60.275)	(16.352)
Saldo Final (Nota 10.d)	87.034	52.672	123.731	76.250	139.706	199.981

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
1. Total das Diferenças Temporárias	6.207.409	6.244.779	6.207.409	6.244.779
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.551.852	1.561.195	1.205.428	1.222.085
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.189.039	1.223.216	729.571	786.364
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	190.113	167.872	116.035	107.426
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.379.152	1.391.088	845.606	893.790
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	172.700	170.107	359.822	328.295

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD, na posição de 30.09.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,60	69.948	66.674	55.958	53.339	125.906	120.013
2019	8,08	308.246	271.853	184.948	163.112	493.194	434.965
2020	8,38	91.945	74.819	55.167	44.892	147.112	119.711
2021	8,24	54.658	41.092	32.795	24.655	87.453	65.747
2022	8,27	61.958	43.022	37.175	25.813	99.133	68.835
2023	8,27	116.141	74.485	69.685	44.691	185.826	119.176
2024	8,27	19.167	11.353	11.500	6.812	30.667	18.165
2025	8,27	17.630	9.646	10.578	5.787	28.208	15.433
2026	8,27	15.083	7.621	9.050	4.573	24.133	12.194
2027	8,27	12.498	5.833	7.499	3.500	19.997	9.333
2028	8,27	8.593	5.423	5.167	3.261	13.760	8.684
Total		775.867	611.821	479.522	380.435	1.255.389	992.256

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de Provisões Atuariais e Ajustes de Avaliação Atuarial, na posição de 30.09.2018, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,60	10.739	10.237	8.591	8.189	19.330	18.426
2019	8,08	37.425	33.006	22.455	19.804	59.880	52.810
2020	8,38	38.452	31.290	23.071	18.774	61.523	50.064
2021	8,24	39.363	29.593	23.618	17.756	62.981	47.349
2022	8,27	40.250	27.948	24.150	16.769	64.400	44.717
2023	8,27	41.173	26.406	24.704	15.843	65.877	42.249
2024	8,27	42.136	24.959	25.281	14.975	67.417	39.934
2025	8,27	43.003	23.527	25.801	14.116	68.804	37.643
2026	8,27	43.919	22.193	26.351	13.316	70.270	35.509
2027	8,27	44.571	20.802	26.742	12.481	71.313	33.283
2028	8,27	32.141	20.281	19.285	12.168	51.426	32.449
Total		413.172	270.242	250.049	164.191	663.221	434.433

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	32.641	32.641	21.553	21.553	54.194	54.194
2019	3.353	3.353	2.012	2.012	5.365	5.365
2020	322	322	193	193	515	515
2021	435	435	261	261	696	696
2022	13.089	13.089	7.853	7.853	20.942	20.942
2023	445	445	267	267	712	712
2024	732	732	439	439	1.171	1.171
2025	178	178	106	106	284	284
2028	138.918	138.918	83.351	83.351	222.269	222.269
Total	190.113	190.113	116.035	116.035	306.148	306.148

Notas Explicativas

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.09.2018 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	113.328	109.552	86.102	83.081	199.430	192.633
2019	349.024	308.212	209.415	184.928	558.439	493.140
2020	130.719	106.431	78.431	63.859	209.150	170.290
2021	94.456	71.120	56.674	42.672	151.130	113.792
2022	115.297	84.059	69.178	50.435	184.475	134.494
2023	157.759	101.336	94.656	60.801	252.415	162.137
2024	62.035	37.044	37.220	22.226	99.255	59.270
2025	60.811	33.351	36.485	20.009	97.296	53.360
2026	59.002	29.814	35.401	17.889	94.403	47.703
2027	57.069	26.635	34.241	15.981	91.310	42.616
2028	179.652	164.622	107.803	98.780	287.455	263.402
Total	1.379.152	1.072.176	845.606	660.661	2.224.758	1.732.837

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2018

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.09.2018		31.12.2017		30.09.2018	31.12.2017
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	3.155	1.893	2.661	1.597	5.048	4.258
Constituição	7.217	4.330	6.983	4.190	11.547	11.173
Realização/Reversão	(7.779)	(4.667)	(6.489)	(3.894)	(12.446)	(10.383)
Saldo Final (Nota 7.c e 16.d)	2.593	1.556	3.155	1.893	4.149	5.048
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	80	64	1.281	1.024	144	2.305
Constituição	-	-	25	20	-	45
Realização/Reversão	(80)	(64)	(1.226)	(980)	(144)	(2.206)
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	80	64	-	144
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	73.219	46.460	61.352	40.761	119.679	102.113
Constituição	5.083	2.282	12.288	6.903	7.365	19.191
Realização/Reversão	(438)	(777)	(421)	(1.204)	(1.215)	(1.625)
Saldo Final (Nota 16.d)	77.864	47.965	73.219	46.460	125.829	119.679
d) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	11.583	6.950	-	-	18.533	-
Realização/Reversão	(11.583)	(6.950)	-	-	(18.533)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	-	-	-	-	-	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	24.848	15.139	12.311	8.359	39.987	20.670
Constituição	116.082	70.188	261.377	157.598	186.270	418.975
Realização/Reversão	(137.796)	(83.433)	(248.840)	(150.818)	(221.229)	(399.658)
Saldo Final (Nota 7.a.1 e Nota 16.d)	3.134	1.894	24.848	15.139	5.028	39.987

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	65	65	52	52	117	117
2019	2.611	2.611	1.567	1.567	4.178	4.178
2022	281	281	169	169	450	450
2023	2.761	2.761	1.656	1.656	4.417	4.417
2024	9	9	6	6	15	15
Total	5.727	5.727	3.450	3.450	9.177	9.177

Notas Explicativas

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6,60	6.242	5.950	4.993	4.760	11.235	10.710
2019	8,08	12.518	11.040	7.511	6.624	20.029	17.664
2020	8,38	11.000	8.951	6.600	5.371	17.600	14.322
2021	8,24	8.632	6.490	5.179	3.894	13.811	10.384
2022	8,27	8.459	5.874	5.075	3.524	13.534	9.398
2023	8,27	7.530	4.830	4.518	2.898	12.048	7.728
2024	8,27	6.422	3.804	3.853	2.282	10.275	6.086
2025	8,27	6.035	3.302	3.621	1.981	9.656	5.283
2026	8,27	2.344	1.185	1.406	711	3.750	1.896
2027	8,27	1.882	878	1.129	527	3.011	1.405
2028	8,27	6.800	4.291	4.080	2.575	10.880	6.866
Total		77.864	56.595	47.965	35.147	125.829	91.742

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2018.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 30.09.2018, estão a seguir demonstrados:

Total dos Passivos Tributários em R\$ Mil						
Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2018	6.307	6.015	5.045	4.812	11.352	10.827
2019	15.129	13.651	9.078	8.191	24.207	21.842
2020	11.000	8.951	6.600	5.371	17.600	14.322
2021	8.632	6.490	5.179	3.894	13.811	10.384
2022	8.740	6.155	5.244	3.693	13.984	9.848
2023	10.291	7.591	6.174	4.554	16.465	12.145
2024	6.431	3.813	3.859	2.288	10.290	6.101
2025	6.035	3.302	3.621	1.981	9.656	5.283
2026	2.344	1.185	1.406	711	3.750	1.896
2027	1.882	878	1.129	527	3.011	1.405
2028	6.800	4.291	4.080	2.575	10.880	6.866
Total	83.591	62.322	51.415	38.597	135.006	100.919

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.09.2018

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

e) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(201.780)	(195.668)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(25.522)	(21.542)
Outros Valores	(2.280)	(2.497)
Total (Nota 20.e)	(229.582)	(219.707)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Especificação	30.09.2018		31.12.2017	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Contingências				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	3.075.386	14.874	2.180.185	13.328
i) Obrigação Legal	2.184	2.184	1.910	1.910
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.073.202	12.690	2.178.275	11.418
Provável	12.690	12.690	11.418	11.418
Possível	2.910.891	-	2.028.355	-
Remota ⁽¹⁾	149.621	-	138.502	-
a.2) Trabalhistas	467.505	201.238	468.951	169.253
Provável (Nota 22 f.1.ii)	201.238	201.238	169.253	169.253
Possível	149.945	-	153.668	-
Remota	116.322	-	146.030	-
a.3) Causas Cíveis	6.770.771	152.931	6.283.743	116.349
Provável (Nota 22 f.1.iii)	152.931	152.931	116.349	116.349
Possível	1.204.678	-	1.151.253	-
Remota ⁽²⁾	5.413.162	-	5.016.141	-
a.4) Outras Contingências (Nota 22 f.1.iv)	924.216	35.581	843.789	33.154
i) Operações Securitizadas ⁽³⁾	6.781	6.781	6.729	6.729
ii) Outras	917.435	28.800	837.060	26.425
Provável	28.800	28.800	26.425	26.425
Possível	15.573	-	14.502	-
Remota	873.062	-	796.133	-

⁽¹⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 121.633, na posição de 30.09.2018 (R\$ 115.980 em 31.12.2017).

⁽²⁾ O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R\$ 3.045.600, na posição de 30.09.2018. Na posição de 31.12.2017 representavam R\$ 2.836.665 alusivos a 05 (cinco) processos. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios – R\$ 1.940.660, em 30.09.2018 (R\$ 1.721.681 em 31.12.2017); ii) danos emergentes e lucros cessantes de não prestação de assistência técnica – R\$ 456.327 (R\$ 371.847 em 31.12.2017); iii) pagamento de multa, por inclusão indevida em sistema de restrição cadastral - R\$ 419.142 (R\$ 371.847 em 31.12.2017); iv) repetição de indébito, indenização por danos morais e lucros cessantes - R\$ 229.470 (R\$ 307.423 em 31.12.2017)

⁽³⁾ Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.666.495 na data base de 30.09.2018 (R\$ 1.808.128 em 31.12.2017).

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2018, R\$ 276.839 (R\$ 245.601 em 31.12.2017).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2018, R\$ 77.252 (R\$ 68.516 em 31.12.2017).

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2018, R\$ 137.281 (R\$ 121.791 em 31.12.2017).

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.09.2018, R\$ 43.809 (R\$ 47.839 em 31.12.2017).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.09.2018, R\$ 56.869 (R\$ 57.835 em 31.12.2017).

Notas Explicativas

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	86.105	88.073
Demandas Fiscais	133.925	129.832
Demandas Cíveis	87.606	69.904
Total	307.636	287.809

Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.09.2018					31.12.2017				
	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Consti-tuição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	13.328	3.447	(297)	(1.604)	14.874	64.090	7.327	(56.736)	(1.353)	13.328
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	169.252	48.178	(10.272)	(5.920)	201.238	172.866	43.485	(26.488)	(20.610)	169.253
iii) Cíveis (Nota 16.i)	116.348	63.858	(16.608)	(10.667)	152.931	166.126	74.908	(64.159)	(60.526)	116.349
iv) Outras (Nota 16.i)	33.154	3.243	(816)	-	35.581	899	37.493	(5.236)	(2)	33.154

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.09.2018				31.12.2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE (Nota 16.i)	3.083.952	1.234.680	(1.183.961)	3.134.671	3.229.308	1.970.123	(2.115.479)	3.083.952
ii) FDNE (Nota 16.i)	636	22		658	604	608	(576)	636
iii) Proagro (Nota 16.i)	-	7	-	7	1.088	9	(1.097)	-

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	30.09.2018	31.12.2017
Máxima	42.780,80	40.492,52
Mínima	1.725,13	1.643,01
Média	11.220,92	10.590,05

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 31.12.2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 31.12.2017
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	903.632,97	843.352,57	56.940,43	50.452,50	54.558,05	61.804,30
Menor remuneração individual ⁽³⁾	651.014,41	428.190,44	44.537,22	50.452,50	43.574,59	50.452,50
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	806.467,62	826.239,35	43.310,48	52.608,04	44.811,37	54.536,09
Número de membros ⁽⁵⁾	6,56	6,92	6,11	6,28	5,56	5,08

⁽¹⁾ Valores aprovados na 64ª reunião da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24.03.2017.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.09.2018, o número de funcionários do Banco totalizava 7.011 (6.925 em 31.12.2017), registrando-se um aumento de 1,24% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as praticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. São patrocinadores do plano BD: (1) o Banco do Nordeste do Brasil S.A., definido como patrocinador-fundador; (2) a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CAMED); e (3) a própria Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (CAPEF). São participantes desse plano os empregados e assistidos de seus patrocinadores, além dos autopatrocinados, isto é, aqueles participantes ativos já desligados de seus respectivos patrocinadores que optaram por permanecer vinculados ao plano.

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitadas a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante. O valor do INSS é apurado com base nas regras vigentes, sendo todos os valores atualizados pelo índice do plano até a data do cálculo. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição.

a.1.2) Plano CV I

O Plano CV I é classificado como plano de contribuição variável, uma vez que conjuga características tanto de plano de contribuição definida (CD) como de plano de benefício definido (BD). Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. São patrocinadores do Plano, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a própria Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef). São participantes desse plano, os empregados e assistidos de seus patrocinadores, além dos autopatrocinados, isto é, aqueles laborativos já desligados de seus respectivos patrocinadores que preservaram suas participações no plano.

Os benefícios de aposentadoria programada do Plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado, na modalidade de contribuição definida, e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade benefício definido. Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, de invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios classificados como benefício definido (BD).

O Plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia, quando o plano passa a apresentar características de benefício definido, sendo que somente nessa fase o patrocinador terá a obrigação de pagar contribuições adicionais, em conjunto com os participantes, se o plano não dispuser de ativos suficientes para pagar todos os benefícios então devidos. Como segurança, o plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial, que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas, e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante.

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Notas Explicativas

O Plano Natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios pós-emprego, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício, que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

b) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef. A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Na Camed, o Conselho Deliberativo é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

c) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.09.2018, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CV I, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

d) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.09.2018, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2017, 1:1).

e) Exposição ao risco

Por meio de seus planos de benefícios pós-emprego, o Banco está exposto a uma série de riscos, principalmente:

- **Risco Atuarial:** está relacionado à incapacidade dos planos de honrar os pagamentos dos benefícios e absorção de custos, devido à adoção de, de premissas atuarias não aderentes;
- **Risco de Liquidez:** é a possibilidade de ocorrerem descasamentos entre os ativos negociados e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano; e
- **Risco de Mercado:** está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos, que influenciam no desempenho econômico-financeiro dos planos de benefícios.

f) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão, que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução das metas atuariais dos planos. São elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com

Notas Explicativas

as metas atuariais ao longo do tempo, liquidez dos planos projetada no longo prazo, de modo a auxiliar os administradores dos planos na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira dos planos. O resultado desses estudos permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações bem como o atingimento das metas atuariais dos planos.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade de não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários do plano natural, após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

g) Obrigação Líquida reconhecida no Balanço Patrimonial

Os passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial correspondem ao valor presente das obrigações de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano. As remensurações são realizadas semestralmente por consultoria atuarial independente, com base em informações fornecidas pela Capef, Camed e Banco. Segue demonstrativo das obrigações do Banco:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Plano BD (Notas 16.i e 28.a.2)	416.425	411.216
Plano Natural (Notas 16.i e 28.a.2) ⁽¹⁾	1.214.653	1.354.238
Seguro de Vida (Notas 16.i e 28.a.2)	137.476	134.567

⁽¹⁾ Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 443.

h) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 30.09.2018				01.01 a 31.09.2017			
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	Seguro de Vida
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.256)	701	(13.518)	1.211	(6.037)	1.019	(5.920)	1.751
2. Juros Líquidos	(26.832)	-	(96.167)	(9.570)	(25.938)	-	(63.202)	(9.149)
3. Total (item 1 + item 2)	(33.088)	701⁽¹⁾	(109.685)⁽²⁾	(8.359)⁽²⁾	(31.975)	1.019⁽¹⁾	(69.122)⁽²⁾	(7.398)⁽²⁾

⁽¹⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

⁽²⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano Natural - 01.01 a 31.09.2018: R\$ 31; e 01.01 a 31.09.2017: R\$ 36 e Seguro de Vida em grupo - 01.01 a 31.09.2018: R\$ 6; e 01.01 a 31.09.2017: R\$ 6.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.09.2018	01.01 a 31.09.2017
1. Contribuições (Parte CD) ⁽³⁾	(38.650)	(37.987)

⁽³⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: Plano CV I - 01.01 a 31.09.2018: R\$ 189; e 01.01 a 31.09.2017: R\$ 194.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 31.09.2018	01.01 a 31.09.2017
1. Despesas Administrativas	(4.862)	(4.664)

Notas Explicativas

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 80.179.110 (R\$ 74.501.501 em 31.12.2017), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 26.308.324 (R\$ 22.590.576 em 31.12.2017), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.133.567 (R\$ 1.801.879 em 31.12.2017).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.09.2018 ⁽²⁾	Provisão em 31.12.2017
AA	13.131.740	-	-
A	14.484.338	36.360	33.618
B	6.166.457	31.278	37.992
C	2.270.605	34.366	34.021
D	987.842	49.287	47.647
E	1.053.940	158.707	112.860
F	322.418	80.881	248.214
G	328.954	115.516	136.894
H	5.243.591	2.628.276	2.432.706
Total	43.989.885	3.134.671⁽¹⁾	3.083.952⁽¹⁾

⁽¹⁾ Em 30.09.2018, inclui R\$ 48.758 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 35.161 em 31.12.2017)

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 998.744 (R\$ 1.283.268 em 31.12.2017).
- e) No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.064.331 (R\$ 1.391.864 em 31.12.2017), calculada à base de 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
- f) A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
- i) redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
 - ii) a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
 - iii) o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;

Notas Explicativas

- iv) o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
- v) a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.09.2018	31.12.2017
Proger-Urbano Investimento	017/2006	656	1.049
FAT - Infraestrutura	018/2006	-	151.507
Protrabalho Investimento	004/2007	112.043	113.669
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	36.434	80.394
Total		149.133	346.619

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 120.243 (R\$ 179.935 em 31.12.2017) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R\$ 57.256 (R\$ 37.481 em 31.12.2017).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			30.09.2018		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ou TLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	2.761	51	315	9.777	10.092
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	36.596	1.141	17.566	-	17.566
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	32.975	588	1.340	23.721	25.061
PNMPO	01/2010	RA	19.658	587	38.035	29.489	67.524
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			91.990	2.367	57.256	62.987	120.243

Especificação	Tade ⁽¹⁾	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2017		
		Forma ⁽²⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	3.774	137	948	10.619	11.567
FAT – Infraestrutura ⁽⁵⁾	18/2006	RA	44.504	1.945	15.737	26.847	42.584
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	21.218	507	15.595	31.784	47.380
PNMPO	01/2010	RA	21.332	565	5.201	73.202	78.402
Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)			90.828	3.154	37.481	142.452	179.933

⁽¹⁾ Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

⁽²⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

⁽³⁾ Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

⁽⁴⁾ Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

Notas Explicativas

⁽⁵⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção do sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2018 a 2020, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 04.12.2017. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Especificação	Exposição	
	30.09.2018	31.12.2017
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	34.600.910	32.250.091
Público	1.188.743	976.426
Privado	33.412.167	31.273.665
Comércio	3.793.990	3.660.424
Comércio Exterior	758.116	919.354
Habitação	-	242
Indústria	7.212.512	7.717.032
Infraestrutura	6.619.371	4.276.411
Microfinança Urbana	2.996.813	2.962.117
Pessoas Físicas	135.270	44.284
Rural	7.550.401	7.243.696
Outros Serviços	4.345.694	4.450.105
Operações de Mercado	46.495.616	40.972.232
Títulos Públicos Federais	43.108.773	38.305.132
Operações Compromissadas	11.978.098	14.653.399
Outras	31.130.675	23.651.733
Depósitos Interfinanceiros	76.881	115.554
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.969.947	1.481.880
Outras Operações	1.340.015	1.069.666
Demais Ativos	5.115.235	5.483.392
Total	86.211.761	78.705.715

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou, pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 3.679.154 (R\$ 3.694.575 em 31.12.2017). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.967.292 (R\$ 4.030.391 em 31.12.2017).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

Notas Explicativas

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.09.2018 (%)	31.12.2017 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	790,85	831,55
	Média dos últimos 12 meses	927,81	669,88
	Máximo dos últimos 12 meses	1.460,41	1.033,35
	Mínimo dos últimos 12 meses	644,28	503,67

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ EVE) da carteira bancária;
- variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- mapa de requerimentos mínimos de capital;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*back testing*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 5% (cinco por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para a área financeira.

Notas Explicativas

estrangeira.	
--------------	--

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	8.100.971	8.090.471	(10.500)	8.080.140	(20.831)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(130.502)	(133.285)	(2.783)	(136.282)	(5.780)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	1.480	1.478	(2)	1.475	(5)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	90.355	83.312	(7.043)	77.003	(13.352)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(208.789)	(361.087)	(152.298)	(536.238)	(327.449)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	407.827	406.156	(1.671)	404.503	(3.324)
Cupom de TR	Redução do cupom	(2.281.843)	(2.305.952)	(24.109)	(2.323.836)	(41.993)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	2.588.331	2.533.068	(55.263)	2.488.636	(99.695)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.251.867	1.247.334	1.242.834
		Passivo em ME	(1.242.948)	(1.238.464)	(1.234.013)
		Exposição Líquida	8.919	8.870	8.821

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de hedge consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques no cupom cambial utilizado no cenário 1, conforme descrição a seguir:

Cenário 1 – aplicação de 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – aplicação de 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – aplicação de 150% da taxa de swap DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

Notas Explicativas

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 90.752 (R\$ 73.728 em 31.12.2017 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017	Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Disponibilidades	16.984	16.247	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	65.989	27.953	Relações Interdependências	15.172	5.660
Operações de Crédito	610.541	615.161	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	71.766	68.241
Outros Créditos	887.289	937.045	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.891.818	1.647.993
			Outras Obrigações	925.801	960.012
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.580.803	1.596.406	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.904.557	2.681.906
Operações de Swap	1.233.002	1.011.772			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.813.805	2.608.178	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.904.557	2.681.906

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.09.2018, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,64% (15,01% em 31.12.2017) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,10% (10,39% em 31.12.2017). O PR apurado foi de R\$ 6.599.690 (R\$ 6.300.032 em 31.12.2017), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.337.461 (R\$ 4.115.719 em 31.12.2017), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 42.945.471 (R\$ 39.615.608 em 31.12.2017).

Notas Explicativas

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	6.599.690	6.300.032
. Nível I	4.337.461	4.115.719
. Capital Principal	4.337.461	4.115.719
. Nível II	2.262.229	2.184.313
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	42.945.471	39.615.608
. Parcela RWACPAD	33.172.614	30.935.801
. Parcela RWACAM	201.758	182.897
. Parcela RWAJUR	102.458	183.265
. Parcela RWACOM	5.994	5.384
. Parcela RWAOPAD	9.462.647	8.308.261
Valor do RBAN	5.454.005	2.353.525
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 8,625%])¹	2.895.643	2.635.589
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 8,625%)}⁽¹⁾	2.425.235	2.417.888
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.760.733	1.738.783
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.404.915	2.333.017
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,875%)⁽²⁾	805.228	495.195
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	955.506	1.243.587
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,10%	10,39%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,10%	10,39%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,625%) ⁽¹⁾	15,37%	15,90%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	13,64%	15,01%

⁽¹⁾ em junho/2017 era 9,25%.

⁽²⁾ em junho/2017 era 1,25%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.599.690	6.300.032
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.337.461	4.115.719
Capital Principal	4.337.461	4.115.719
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.856.561	1.685.026
Reservas de Capital e de Reavaliação	11.592	11.769
Contas de Resultado Credoras	2.983.915	-
Contas de Resultado Devedoras	(2.835.143)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(984.623)	(998.758)
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(1.134)	-
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	1.000.000
Ajustes Prudenciais	(537.707)	(426.318)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(19.947)	(9.561)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(486.931)	(403.551)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(30.829)	(13.206)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.262.229	2.184.313
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.282.604	2.205.467
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(20.375)	(21.154)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen.

Notas Explicativas

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
PR Nível I	4.337.461	4.115.719
Exposição Total	84.954.709	77.083.190
Razão de Alavancagem (%)	5,11	5,34

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.599.690	6.300.032
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.299.845	3.150.016
Situação	148.379	175.218
Margem	3.151.466	2.974.798
Índice de imobilização	2,25%	2,78%

NOTA 28 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28.02.2018 e divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 26)	120.243	179.933
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)	1.242.014	1.520.571
Tesouro Nacional	479	450
BNDES	1.171.416	1.435.506
Finame	70.120	84.615
Outras Obrigações	30.467.734	26.638.378
FNE (Nota 16.f)	26.317.987	22.599.975
FDNE	717.767	730.837
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	106.643	102.098
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.325.337	2.205.468
Total	31.829.991	28.338.882

a.2) Apresentam-se a seguir, as principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capec e Camed:

Especificação	30.09.2018	31.12.2017
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capec Plano BD (Notas 16.i e 24.g)	416.425	411.216
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 24.g)	1.214.653	1.354.238
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 24.g)	137.476	134.567
Total	1.768.554	1.900.021

Notas Explicativas

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	-	36.708
Depósitos a Prazo - FAT	(83.806)	(53.120)
Tesouro Nacional	(29)	(1)
BNDES	(98.354)	(79.826)
Finame	(3.311)	(2.090)
FMM	(16.282)	(6.815)
FNE	234.058	(114.074)
FDNE	19.608	21.826
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(110.121)	(100.335)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(119.870)	(152.560)
Benefícios Pós-Emprego – Capec Plano BD	(37.950)	(36.639)
Benefícios Pós-Emprego – CV I	(37.760)	(36.774)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(109.653)	(69.086)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(8.352)	(7.392)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Honorários	3.095	2.797
Diretoria	2.619	2.384
Conselho de Administração	247	228
Conselho Fiscal	229	185
Outros	1.383	1.525
Remuneração Variável (RVA)⁽¹⁾	1.136	224
Total dos Benefícios de Curto Prazo	5.614	4.546
Benefícios Pós-Emprego	203	165
Total	5.817	4.711

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nossemestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

NOTA 29 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Lucro Líquido	426.742	466.299
Outros Resultados Abrangentes	14.313	(225.767)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(178.245)	161.715
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	66.781	(64.095)
Realização da Reserva de Reavaliação	322	3.919
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(145)	(1.727)
Ganhos ou Perdas Atuariais	185.875	(325.579)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(60.275)	-
Resultado Abrangente	441.055	240.532

Notas Explicativas

Nota 30 – Outras Informações

- a) Em 08.10.2018, o Conselho de Administração do Banco aprovou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a funcionários que, na posição até 31.12.2017, estavam aposentados ou em condições de requerer a aposentadoria de acordo com as normas da Previdência Social (INSS). Foi estabelecido o período de 29.11.2018 a 05.12.2018 para adesão ao PID pelos funcionários que atendam às condições estabelecidas no regulamento do Programa. A despesa será reconhecida contabilmente à medida da ocorrência de adesão, limitada a R\$ 63.216, que corresponde ao valor do orçamento do PID.
- b) A Nota Explicativa nº 24 está condensada nas informações trimestrais, em relação à apresentação nas Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30.06.2018, conforme CPC 21 (R1), em virtude de, no trimestre, não haver remensuração de cálculos atuariais sobre benefícios pós-emprego.
- c) **Declaração de Conformidade**
Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.
- d) **Aprovação das Demonstrações Financeiras**
As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria, por meio de reunião realizada em 30 de outubro de 2018.

Fortaleza (CE), 30 de outubro de 2018.

ROMILDO CARNEIRO ROLIM
PRESIDENTE

ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO
DIRETOR FINANCEIRO E DE CRÉDITO

ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR
DIRETOR DE NEGÓCIOS

CLAUDIO LUIZ FREIRE LIMA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

NICOLA MOREIRA MICCIONE
DIRETOR DE CONTROLE E RISCO

PERPETUO SOCORRO CAJAZEIRAS
DIRETOR DE PLANEJAMENTO

JOSÉ ALAN TEIXEIRA DA ROCHA
SUPERINTENDENTE DE CONTROLE FINANCEIRO

AILA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA MEDEIROS
CONTADORA - CRC - CE 016318/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão/

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Informações de intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de BACEN. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de setembro de 2018.

Fortaleza, 30 de outubro de 2018

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Aloísio Barbosa de Carvalho Neto (Diretor Financeiro e de Crédito) – Cláudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 12 de novembro de 2018, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de setembro de 2018.

Fortaleza, 12 de novembro de 2018

DIRETORIA: Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Aloísio Barbosa de Carvalho Neto (Diretor Financeiro e de Crédito) – Cláudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)